



# Soberania alimentar

significa **produzir** no  
**território nacional**

a **dieta básica**

a **nação**

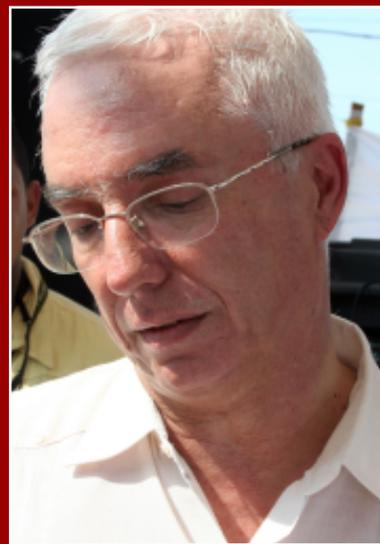


ARES.

Senador Jorge Enrique Robledo

# Colômbia

O senador pelo Pólo Democrático da Colômbia, **Jorge Enrique Robledo**, participou recentemente de uma jornada de reflexão e intercâmbio realizada em **Quito, Equador**, sobre o conceito de soberania alimentar. Por considerar de grande interesse, o **Sirel** reproduz aqui o essencial da exposição do senador **Robledo** naquela ocasião.



**M**

eus agradecimentos ao **Equador Decide** e ao **Instituto de Estudos Ecológicos** por este convite e por me permitirem estar no **Equador**, país onde me sinto bem. Em geral, me sinto bem em todos os lugares, mas no **Equador** me sinto um pouquinho melhor.

O que compartilharei hoje aqui está centrado no caso da **Colômbia**, no cenário da globalização, do neoliberalismo e do “livre comércio”. Um olhar que surge da **Colômbia**, e que não implica que nada tenha a ver com o **Equador**. O que acontece é que, quando estava preparando esta nossa conversa, busquei me atualizar com o pessoal do meu escritório em termos de dados sobre o **Equador**, e depois vi que era uma irresponsabilidade, pois afinal como posso me transformar num especialista sobre o **Equador**, em uma semana ou em dez dias? Decidi então me referir a como vejo as coisas a partir da **Colômbia**, com reflexões que podem ser úteis em muitos aspectos para o caso do **Equador**, mesmo quando penso que serão os equatorianos os que deverão ver a sua realidade e decidir como trabalharão suas questões.

Na história da humanidade são bastante comuns os episódios em que havendo recursos para adquirir alimentos, não houve como adquiri-los

Ao falarmos de [Soberania Alimentar](#), o primeiro que quero assinalar, tão elementar que é fácil de esquecer, é a importância dos alimentos. Os alimentos são um bem que não se compara a nenhum outro em nossa sociedade. **Se todos os medicamentos no mundo acabassem, seria um drama horrível e certamente morreriam bilhões de pessoas, mas provavelmente a espécie sobreviveria. Se acabasse a energia elétrica, talvez a humanidade vivesse um desastre de proporções imensas, mas acredito que sobreviveria e voltaria a um processo civilizado. Mas, se acabassem os alimentos, a humanidade seria extinta.** Essa é a primeira ideia que desejo transmitir. Dou muita ênfase a esse ponto, porque em alguns momentos, eu, que fui professor, queria pôr estes chefes do neoliberalismo para escrever artigos que consistissem em sublinhar a importância da comida, da agricultura, dos pro-

dutores agropecuários na alimentação dos seres humanos. É tal a confusão presente no mundo que se esquecem de noções tão elementares.

Em algumas situações pode haver alimentos e não dinheiro para adquiri-los. Essa é uma possibilidade. O fato de não haver dinheiro costuma depender de muitos fatores. Para citar só alguns: perdi o emprego, fiquei doente, tantas coisas que podem acontecer. Mas há outro aspecto, que é onde quero me focar, porque a meu ver é o âmago desta discussão: **Que há dinheiro e não alimentos!**

Quero insistir na importância dos alimentos como um bem diferente dos outros. Na história da humanidade são bastante comuns os episódios nos quais havendo recursos não foi possível adquirir alimentos.

Na **Colômbia** é famosa a batalha de **Cartagena de Indias**, em plena guerra de Independência contra a **Espanha**. **Cartagena** se rebelou contra as tropas do general **Pablo Murillo** que sitiavam a cidade. Nossos patriotas a defenderam com bravura, até que, fisicamente mortos de fome, depois de terem comido os sapatos e o couro das poltronas, tiveram que se entre-



gar. Na província de **Orisa**, quando a **Índia** era colônia do império britânico, uns quantos especuladores ingleses se apoderaram de todos os alimentos e impediram que a população nativa os adquirisse, porque elevaram tanto os preços que, em certo sentido, foi como se não existissem. Depois da **Segunda Guerra Mundial** fo-

ram os europeus que criaram o termo segurança alimentar, porque souberam o que era não poder ter acesso a ela. Há um célebre poema de **Miguel Hernández**, que **Serrat** transformou em canção, chamado "**Nana de las cebollas**", que se refere ao caso de pessoas que só se alimentavam de cebolas. ●



## Ninguém pode negar a importância da situação entre ter ou não ter alimentos

**O que os neoliberais dizem?** Concordam que os governos têm que se preocupar para que haja alimentos suficientes para alimentar a população. Só que isso tem que ser analisado como um problema global. Isto é, não importa em que lugar do mundo os alimentos são produzidos, já que os fluxos do comércio internacional levarão os alimentos aonde forem necessários.

Os neoliberais descartam obviamente o risco de um ataque terrorista, de uma pandemia, do vulcão que explode. Não veem isso como um perigo e supõem que os fluxos de alimentos jamais vão ser interrompidos. Então, é preciso que cada país produza alguns bens que lhe permita adquirir seus próprios alimentos. Na **Colômbia**, durante as negociações do **TLC**, disseram para a gente: não importa que não haja trigo –hoje importamos todo o trigo–, nem que importemos três milhões de toneladas de milho, nem que também não haja cevada, nem que no dia de amanhã não haja arroz produzido na **Colômbia**. Exportamos petróleo, carvão e minérios, que é no que estamos nos especializando e, com essas divisas, compramos o milho e o trigo dos argentinos. Esta é, em síntese, a teoria neoliberal. Não nega, porque não pode, que há um problema com a procura de alimentos na qual há que se pensar.



**Segunda tese**, que eu chamaria, e com todo carinho digo isso, de uma concepção do tipo camponesa: onde o importante é que cada camponês e cada índio produza em suas terras toda a sua comida. Pessoalmente não me oponho a que seja produzida abundante comida nas terras dos indígenas e dos camponeses. Mas esclareço, que não é possível que o camponês ou o índio renunciem à economia monetária e estabeleçam uma economia do tipo natural, na qual não tenham necessidade de vender ao mercado. Quando entram importações de milho na **Colômbia**, também estão prejudicando os nossos indígenas e os nossos camponeses, porque eles deveriam ter o direito de poder vender o milho que consumimos, por exemplo para **Bogotá**. Em segundo lugar, e ainda mais grave, se fosse certo que o camponês pudesse se isolar e sobreviver do produto de suas terras e não necessitasse, de forma alguma, da economia monetária, esta espécie de autarquia camponesa não resolveria o problema alimentar das

zonas urbanas. Continuaríamos nos perguntando: e se o famoso vulcão acorda, **o que as pessoas comem em Bogotá?** E mais ainda, o que os trabalhadores agrícolas comem, eles que vivem no campo e que não desfrutam de uma economia de autossuficiência porque são diaristas de um empresário e se veem obrigados a comprar os próprios alimentos?

**Terceira tese:** a meu ver, há que ser vista a solução como um problema de soberania alimentar partindo da lógica do nacional: **que o país como um todo produza em seu território a maior quantidade possível de alimentos. Isto não quer dizer que o país nunca possa importar um grão de comida.** Não é isto. Não é que não se possa exportar excedentes e inclusive certo tipo de bens produzidos para a exportação, como

o café, em proporções grandes. **Mas o desejável, o conveniente, é fazer o maior esforço para produzir no território nacional a dieta básica da nação. É especificamente a isso a que estou me referindo.**

Uns países poderão cumprir isso melhor do que outros e poderão obter 100 por cento de sua dieta básica. Outros 70, outros 60, outros só 10 por cento, como na **Arábia Saudita**, porque não dispõe de terras nem de águas nem de produtores. Esta deve ser a política, porque além disso é mais saudável em escala global do que a especialização que estão nos propondo. É a única política que nos protege de um risco de catástrofe alimentar em escala global. **É o ideal em uma concepção do mundo em harmonia, complementar entre uns e outros.** ●



## Se os camponeses desaparecessem, teríamos um problema de fome em proporções gigantescas

A soberania alimentar deve ser gerenciada, em uma parte muito importante, pela produção camponesa e do índio, mas também pela empresarial e a dos trabalhadores agrícolas. **Dizia esta manhã, em um programa de rádio, que não chegamos a este país para escrever livros com suas páginas em branco, mas sim onde já há muitas páginas escritas.** Há uma produção empresarial que, de acordo com certos pontos de vista, apresenta uma série de aspectos positivos. Há também muita gente que ganha a vida como trabalhadores agrícolas desses empresários. **Então, penso que a soberania alimentar deve se resolver com uma política dualista, ou seja, complementando uma economia empresarial forte e garantida pelo Estado, com uma economia camponesa e indígena forte e garantida pelo Estado. E que tanto os empresários como os camponeses e indígenas devem se unir numa proposta de não patrocinar as importações agropecuárias, promovendo em troca, entre todos, políticas que favoreçam a soberania alimentar nacional.**

Países que no passado foram autossuficientes em matéria de alimentação, estão agora desesperados por obter divisas que lhes sirvam para pagar suas importações de produtos agrícolas. Exportar ou morrer pareceria ser a mensagem, mas a realidade parece ser, para a maioria deles, exportar e morrer.

Tony Clarke

**Qual é a importância da economia camponesa? A importância social do camponês é óbvia. Estamos falando de milhões de compatriotas, e quando falo do camponês, incluo o índio. Estamos falando de fenômenos culturais de enorme importância que não devem ser desprezados, porque são parte de nossa cultura, e de muitas contribuições positivas que devemos defender. No caso da Colômbia, a economia camponesa produz 70 por cento da riqueza agrária gerada por ano, e é provável que no Equador seja maior. A economia camponesa gera uma quantidade descomunal de riqueza e sustenta em boa medida a soberania alimentar nacional.**

Na Colômbia, por exemplo, uma proporção muito grande do milho -apesar de todas as importações- provém da agricultura camponesa, como quase toda a batata, e muitos bens não comercializáveis no mercado mundial como a banana, a mandioca, o inhame, a batata-baroa, vários tipos de frutas e verduras. Tudo isso é agricultura camponesa e indígena. E inclusive o café, vejam só vocês, paradoxalmente, um dos principais produtos de exportação agrícola da Colômbia, é quase em todos os casos proveniente de agricultura camponesa.

A tese de que o camponês é um ser bastante desprezível porque é ineficiente, incapaz, que não sabe fazer as coisas e que faz tudo errado, é negada pela própria experiência nacional, porque é graças a esses camponeses e a esses indígenas abandonados pelo Estado, deixados à sua própria sorte, sem assistência técnica, sem créditos suficientes, oportunos e baratos, sem nada, que nós comemos. Bom, se os camponeses colombianos desaparecessem, teríamos um problema de fome de proporções gigantescas.

**A tese de que o camponês é um ser bastante desprezível, porque é ineficiente, incapaz, que não sabe fazer as coisas e que faz tudo errado, é negada pela própria experiência nacional, porque é graças a esses camponeses e a esses indígenas abandonados pelo Estado, deixados à sua própria sorte, sem assistência técnica, sem créditos suficientes, oportunos e baratos, sem apoio nas estradas, sem nada, é graças a eles que nós comemos. Bom, se os camponeses colombianos desaparecessem, teríamos um problema de fome de proporções gigantescas.**

O que temos que ver é que a economia camponesa funciona com uma racionalidade diferente da do empresário. Agorinha mesmo, quando mencionarmos a situação do frango na Colômbia, vamos ver como os empresários, por serem altamente competitivos, querem acabar com os camponeses através das medidas sanitárias, já que não são capazes de fazê-lo francamente, por meio da concorrência. Boa parte das medidas sanitárias -e já vou me antecipando, contando como vou terminar a minha apresentação- são truques para perseguir os camponeses e indígenas, já que não são capazes de derrotá-los na concorrência capitalista. Em sua forma de raciocinar, os camponeses têm algumas vantagens das quais carece o empresário. Quando a crise cafeeira chegou na Colômbia, após o rompimento do Pacto Internacional do Café, nossos camponeses resistiram muito melhor do que os pequenos empresários. E agora até os grandes empresários estão deixando o negócio, porque não conseguem competir com a produção camponesa.

Por outro lado, há que examinar, sem dogmatismos, essa história de que só valem os grandes empresários e a gran-

de maquinaria. Nossos camponeses *nariñenses*, produtores de trigo, apesar de tudo e por mais “ineficientes” que sejam, produzem trigo mais barato que os agricultores norte-americanos. Se chegam a falir é porque os subsídios concedidos aos agricultores do Norte não lhes permitem competir. Agora, se vocês examinarem a produtividade por hectare, descobrirão que a destes camponeses pode ser menor, mas é que aqui estamos falando de competitividade. Eu posso produzir menos trigo por hectare, mas mais barato que o que tem maior produtividade, porque há outros fatores em jogo. ●

## O que o “livre comércio” fala sobre os alimentos

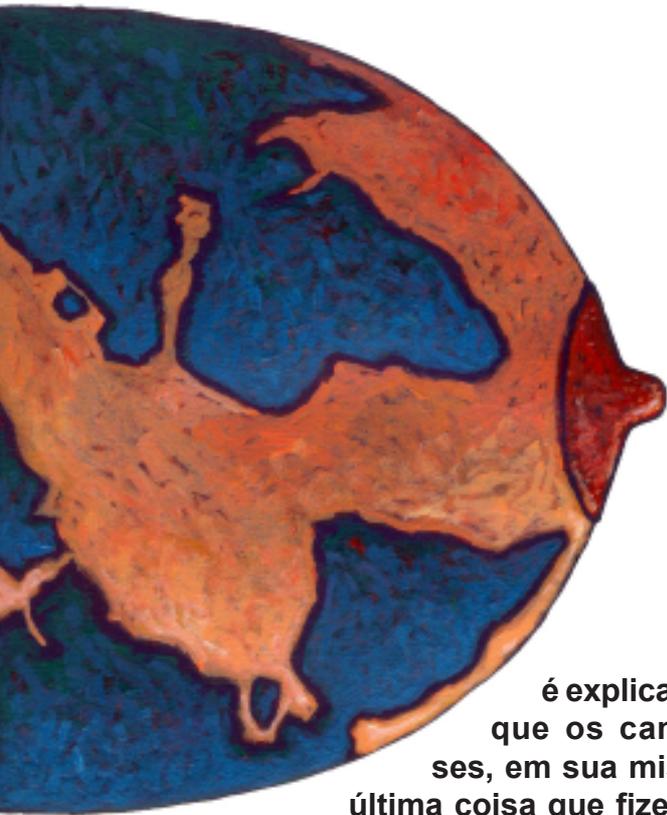
Estamos no mundo do “livre comércio”. São várias ideias que vou destacar bem rapidamente. Primeira: o “livre comércio” concentra comércio e produção com a falácia da competitividade e da eficiência. **Concentra a produção em uns poucos países e concentra o comércio em mãos de umas grandes transnacionais, enquanto o resto de nós passa a vida intercambiando coisas de uma maneira absurda: bens que poderíamos produzir.** É bastante inconcebível que a pessoa passe todo

o tempo intercambiando mercadorias de um lugar para outro quando são os mesmos tipos de bens. **Porque não tem nem o que se discutir no caso de que eu importe tratores quando não sou produtor de tratores, mas é um absurdo importar milho, que é uma das poucas coisas que sou capaz de produzir.** Então, a primeira ideia da globalização: concentrar produção e comércio principalmente em mãos de poderosíssimas transnacionais, e transformar as exportações no Deus da humanidade.

**Segunda ideia:** concentrar ciência. Foram convertendo o desenvolvimento científico e tecnológico, ao qual não me oponho, em um instrumento para tirar a concorrência do mercado. Eu me refiro especialmente ao caso das sementes transgênicas. **Em termos de soberania alimentar, não pode haver coisa pior do que carecer de sementes. Não pode haver maior ameaça de fome para uma economia camponesa ou indígena do que deixá-la sem sementes.** Boa parte da pavorosa e famélica situação da África



cartoonclub.com.mx



é explicada porque os camponeses, em sua miséria, a última coisa que fizeram foi comer as suas sementes. Nesse dia foram condenados a também morrer de fome.

As transnacionais não buscam concentrar qualquer agricultura e pecuária. Não, não buscam. Só concentram a de bens estratégicos da dieta básica, o outro conceito que temos que introduzir aqui. Tudo é comida, mas nem tudo é dieta básica ou alimento estratégico. Não é a mesma coisa produzir café ou trigo. Aqui estou, bebendo

do um café delicioso, mas se o mundo ficar sem café, nós não vamos morrer de fome, mas se ficarmos sem trigo e sem milho, sim.

No caso da **Colômbia**, o que pretendem nos impor é que nós nos especializemos em culturas tropicais, que não são dieta básica, e que importemos dos **Estados Unidos** os cereais e os cultivos fundamentais que, claro, são a dieta básica. Aqui há necessidade de se estabelecer uma discussão sobre soberania alimentar. **Estamos falando de alimentos fundamentais para a dieta. Não quero nem imaginar o dia de amanhã, na Colômbia, com o almoço sendo uma xícara de chocolate, contendo umas gotas de azeite-de-dendê, além de umas flores na esquina da mesa, porque todo o resto desapareceu.** ●



## O fim da economia e da produção camponesa

O modelo neoliberal inclui o que um ministro colombiano bem falastrão chamou, estufando o peito, de “o modelo malaio”. A **Malásia** é um país especializado em dendê com um modelo de fazenda de 100 mil hectares na média. O modelo malaio é o do capital transnacional e não é difícil isto ocorrer nesse país, onde há um monarca corrupto que não admite nenhum tipo de discussão democrática. Nesse modelo não existem a economia e a produção camponesas, ali impera o modelo das transnacionais, do grande capital, das grandes monoculturas.

Na **Colômbia**, o governo se questiona outro problema. E aqui entro de cara no risco da inocuidade de todas essas normas sanitárias que estão aparecendo agora. Nossos camponeses e nossos indígenas são bastante mais resistentes do que se pensa. Entrei nas lutas agrárias convencido de que o camponês e o índio eram extremamente frágeis e que se enfraqueciam com muita facilidade. Mas não! Eles são uns tigres para competir. Em boa parte por uma razão muito dolorosa, porque competem contra a fome. Quando os preços caem, o que o camponês faz é reduzir a sopa, tirar o filho da escola, passar a cortar o cabelo em casa, uma série de estratégias de resistência para não falir, e assim continuar aferrado à terra.

Então na **Colômbia**, o que está ocorrendo é uma estratégia de desalojamento por meio da violência, a mais bárbara das medidas extraeconômicas: **“Senhor camponês, suma daqui ou será fuzilado. Fim da história”**.



Mas há outra estratégia, de má fé, que está surgindo na **Colômbia** (não sei como é a história do **Equador**), que consiste em uma série de exigências técnicas que nem os camponeses nem o pequeno empresário podem cumprir.

Na **Colômbia** estamos numa grande luta, em boa medida dirigida pela **Associação Nacional pela Salvação Agropecuária**, e de minha parte desde o Congresso. Ali nós enfrentamos vários problemas, por exemplo, o de ter que exigir dos matadouros de reses normas sanitárias que não podem cumprir, punindo-os com o fechamento. Qual é o propósito? Por um lado é uma forma de abrir o caminho para as importações, e por outro, uma maior concentração em uns poucos matadouros. Desta forma, desaparecem os pequenos produtores, os açougueiros, os carneadores (os que têm que carnear o animal), porque o objetivo é comercializar através dos hipermercados e dos armazéns de grandes áreas. **E dessa forma, já conseguiram fechar quase 400 matadouros na Colômbia em 2008. O Ministro nos disse**

**que esta era uma medida para tecnificar os matadouros, e eu lhe respondi: “Não senhor, é uma medida para fechá-los”. E é o que está acontecendo.**

A segunda medida afeta os rapadureiros, uma produção que também há no **Equador**. A fabricação da rapadura da cana-de-açúcar é uma de nossas primeiras agroindústrias, realizada por camponeses e indígenas muito pobres e em condições muito difíceis. Agora lhes estão exigindo uma série de normas que não podem cumprir, como fizeram com os matadouros. Este é o exemplo clássico de uma norma calculada para levá-los à falência: água potável na moenda, como também água potável no matadouro. Sobre isso, um prefeito me disse: **“Senador, se não temos água potável no hospital, vamos ter água potável no matadouro? Os camponeses não têm água potável nem para a mamadeira dos filhos: vão ter água potável para a fabricação de rapadura?”**. ●

## comércio do leite cru

### Outra medida: A proibição do

**Não sei como é aqui. Na Colômbia, cerca de 30 por cento do leite não é comercializado pelos pasteurizadores, e é vendido cru. Ou seja, há que ferver antes de ingeri-lo, como os colombianos muito bem sabem. Esse leite devia ser proibido no dia 26 de agosto último, mas 10 mil camponeses se concentraram diante do Ministério da Agricultura e conseguiram postergar a medida. Mas ela continua sendo discutida.**

E por último, temos as exigências para sacrificar um frango ou uma galinha em uma granja. Ou seja, para poder sacrificar um frango temos que cumprir 48 páginas de normas sanitárias em letras minúsculas, idênticas às exigências feitas a um empresário que sacrifica 20 ou 30 milhões de aves por ano. **É uma norma friamente calculada para tirar dos pequenos produtores e da agricultura familiar o que nós chamamos de o *negócio da galinha camponesa*: estamos falando de 40 milhões de aves.** A ofensiva não pode ser casual. Não pode acontecer isso da noite para o dia como uma casualidade, porque eles sabem bem

que essas normas não podem ser cumpridas. No caso dos matadouros, eles nos derrotaram. No da rapadura, conseguimos pará-los, porque não puderam avançar essa medida com toda a força. No caso do leite, a medida foi postergada, e no caso das aves estamos em plena guerra. E assim estão as coisas.

**Chama muito a atenção que todas estas normas não sejam aprovadas com os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS), mas com os da Organização Mundial do Comércio (OMC).** Nisto, temos que ser muito cuidadosos. **Bogotá** fica em um estado que se chama **Cundinamarca**. Nos debates no Congresso, eu dizia ao ministro da Agricultura, **Andrés Felipe Arias Leiva**: “Ministro, é que não estamos na **Dinamarca**, mas em **Cundinamarca**, não podem nos exigir as mesmas normas que estão vigentes na **Dinamarca** ou na **França**”. Mas, além disso, nos estudos que fizemos, descobrimos que não é verdade que nesses países essa normativa seja aplicada. Na **França**, por exemplo, não puderam derrotar a produção de queijos fabricados com leite cru. **Inclusive nos países citados, há uma resistência, porque as normas sanitárias se transformaram no caminho para excluir os pequenos produtores.** ●

## As novas tendências para exterminar a cultura e a produção camponesas

Termino com uma última reflexão. Quando a pessoa se mete nestas batalhas sobre as normas sanitárias, deve meditar muito, e digo a vocês, com total franqueza, que estive mais de um ano pensando se entrava nesta luta. Não é fácil, porque quando nos metemos nesta controvérsia parece que passamos a ser amigos da imundície, dos micróbios, das bactérias, ou que as crianças morram de diarreia. E assim, a pessoa começa a ser vista como um monstro. Por outro lado, o Ministro e os tecnocratas passam a ficar do lado da assepsia e da limpeza, do mundo onde ninguém morre.

Mas vejamos o que ocorre na **Colômbia**. Falar de inocuidade de alimentos sem sistemas de frio, sem geladeiras nas casas, é absurdo, porque todos sabemos que as bactérias nos alimentos se reproduzem mais ou menos, dependendo se há ou não baixas temperaturas. Posso ter o melhor leite do mundo, com poucas bactérias mas, se não tenho geladeira, as bactérias se reproduzem e no outro dia posso estar tomando um leite perigosíssimo. Na **Colômbia**, pelo menos a metade das famílias não tem sistema de frio em casa. Além disso, não fomos educados para ter boas práticas de higiene como, por exemplo, essa tão simples de lavar as mãos depois de ir ao banheiro ou antes de cozinhar. Ações de higiene básicas, como essas, praticamente ninguém executa nesses países e não são educados nesse sentido.

Em muitos lugares não há água potável. Posso produzir o melhor leite do mundo mas se o recipiente onde coloco o leite está lavado com essa água, o leite fica contaminado no mesmo instante em que o coloco lá.

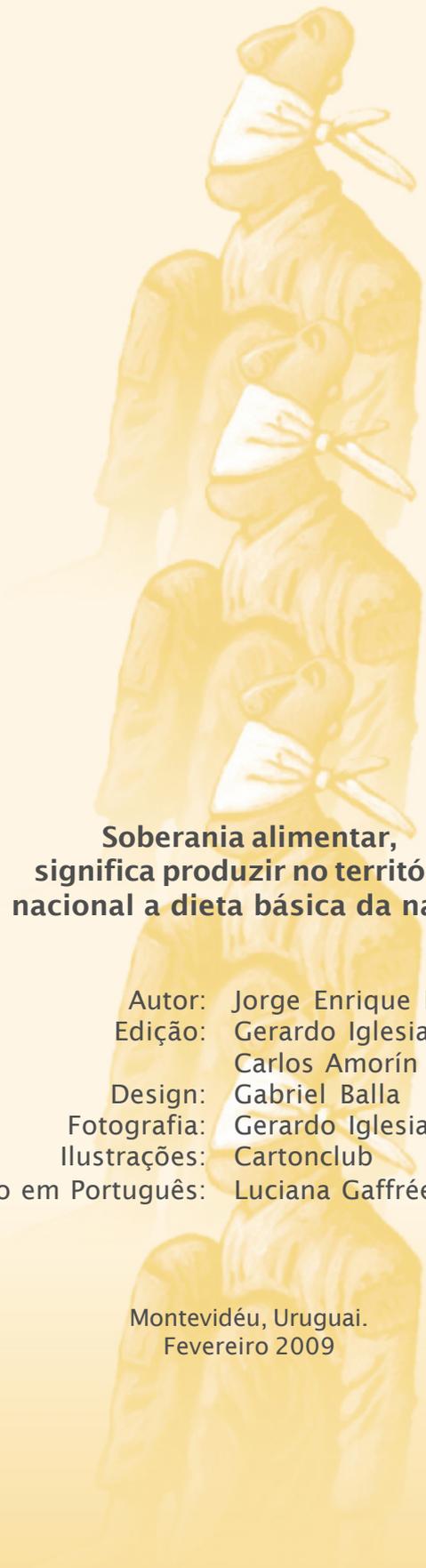
Esclareço que, a meu ver, devemos nos esforçar ao máximo para melhorar a inocuidade dos alimentos, com educação e normas técnicas, mas sempre com o critério de que não sejam normas impossíveis de os nossos produtores cumprirem de um dia para o outro. Não se devem impor normas que não possam ser cumpridas e que levarão as pessoas à falência.

Devem ser processos que levam o seu tempo. Na **Colômbia**, foram dados seis meses para os matadouros se adaptarem às novas técnicas. Se queremos novas técnicas, devemos dar prazos de cinco, dez, vinte anos. Se levaram 500 anos funcionando assim, por que não podem continuar funcionando mais 20 anos dessa maneira?

A inocuidade e as normas sanitárias não devem ser utilizadas para martelar a concorrência e levá-la à falência; o fato é que devemos avançar em um processo que os países europeus e os **Estados Unidos** levaram 200 anos para alcançá-lo. ■

Os seus tomates estão ótimos. Agora, o que vive me dando alergia é você!





**Soberania alimentar,  
significa produzir no território  
nacional a dieta básica da nação**

Autor: Jorge Enrique Robledo  
Edição: Gerardo Iglesias  
Carlos Amorín  
Design: Gabriel Balla  
Fotografia: Gerardo Iglesias  
Ilustrações: Cartonclub  
Versão em Português: Luciana Gaffrée

Montevideu, Uruguai.  
Fevereiro 2009

